

# Sobre Literatura Oral Cabo-Verdiana

Alberto Carvalho  
Faculdade de Letras de Lisboa

“Os coqueiros eram os gigantes que comandavam o exército humilde da vegetação. E à noite viravam lobisomens e cumprimentavam com grandes vénias a Vila adormecida em pavor.

- Eh coqueiro, você está galalão...

- Boa noite, menino. Sobe no cocuruto para tu veres direito as estrelinhas do céu...

- E lá de cima eu pego uma estrelinha?

- Sim, menino, tu pegas uma estrelinha e depois viras mais rico que todo o mundo...

- Uá, coqueiro! Você é mau! Minha mãe é que disse...

- Ela enganou-se, juro pelo fim da minha alma. Sou tão pobrinho... espia o meu corpo magro, menino, parece-te que eu sou mau? Ladrão não é magro, ladrão é gordo, porque ladrão furta comida de pastor, de lavrador e de mesa de rei...

- Vou já galalão...”

Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 221-222.

## 1. Crioulo

Com o seu profícuo labor de investigação na área colonial, António Carreira deixou uma obra notável de grande interesse para o conhecimento circunstanciado da formação da sociedade cabo-verdiana. Na maioria dos casos, organizadas em livros temáticos que sistematizam dados e materiais de muito trabalhosa e difícil recolha, as informações que põe à disposição do público, pedagogicamente tratadas sem grande contaminação ideológica, constituem um repositório precioso em trabalhos ensaísticos. Destaca-se, no entanto, do conjunto o pequeno texto *O Crioulo de Cabo Verde surto e expansão* que se entrega a uma reflexão dedutiva, nas palavras do autor mais não pretendendo vir a ser “do que a tentativa de análise, numa perspectiva dominante histórico-sociológica, de uma língua [...] de extrema importância para a compreensão da sociedade escravocrata formada pelos portugueses nas ilhas de Cabo Verde, no século XV”<sup>1</sup>.

A despeito da sugestão do título do livro e do confessado propósito que citamos, expresso na “Nota à 2ª Edição”, o conteúdo revela-se ser, não propriamente analítico, mas uma síntese objectivamente fundamentada do “surto e expansão”, não do processo formativo intrínseco do crioulo como língua, mas da sua génese e dos protagonismos sócio-históricos que lhe foram consignados. Por esse motivo, o autor rodeia as reflexões de lúcidas cautelas, fazendo-as acompanhar de anotações que deixam à vista os limites da sua vasta erudição e, por consequência, os escrúpulos éticos em avançar por áreas de especialização que escapariam ao seu saber.

Provém o interesse do texto de A. Carreira para o estudo de que nos ocupamos, de temática literária nos domínios do conto de tradição oral, da relação homológica que permite estabelecer, com toda a legitimidade, entre o historial da linguagem crioula e a formação da literatura oral popular que tem nela um mediador discursivo privilegiado. Numa perspectiva que associa os enfoques filológico e estruturalista, Mattoso Câmara

toca obliquamente na questão ao pôr em devido relevo o facto de uma língua matriz gozar sempre da dupla condição singularíssima de, por um lado, ser o instrumento preferencial em que uma cultura se exprime e diz e, por outro, ser ela própria um produto cultural idêntico àqueles que se encarrega de dizer<sup>2</sup>. E é esse sentido que Celso Cunha defende ao dizer que o estudo “científico de uma língua é fundamentalmente o estudo da cultura de que ela é a forma e o produto”<sup>3</sup>.

Seguramente intervêm na matriz da língua cabo-verdiana os dois *stocks* humanos étnicos e culturais de origens africana sudanesa/guineense e europeia/mediterrânica. E serão também esses os que mais facilmente podem ser rastreados nas diferentes formas folclóricas, em geral, e do conto, em particular, embora ocorram temas e motivos com outras origens mais ou menos difusas e de difícil detecção. Por aproximação das áreas culturais linguística e literária revelam-se afinidades, de perfil paralelístico, que devem ser indagadas para eventual definição de um espaço de trabalho, tendo por quadro de fundo e moldura a confluência daqueles dois domínios matriciais.

Numa das áreas, tem-se por adquirida matéria, embora de discussão ainda longe de ser encerrada, a reelaboração das linguagens que levaram à formação do crioulo. Na outra, não deixa de ser tema de interesse, cremos, o relacionamento entre os dois ciclos populares designados de *A lebre e a hiena*, de grande vitalidade no universo africano da savana sudanesa-guineense (prolongando-se até à orla da floresta, onde tem início o ciclo da aranha) e de *O lobo e o cordeiro*, de tradição europeia, e o ciclo *O lobo e o chibinho* próprio do espaço cultural e literário crioulo.

## **2. Língua, sociedade, escola**

Admitindo a palavra dos linguistas sobre a solidariedade no binómio “cultura e língua”, à luz das funções que nele pertencem à linguagem enquanto factor de expressão, de comunicação e de criação literária, convém ao nosso propósito uma clarificação dos dados e das teses que se têm difundido em torno da vida da língua crioula. Retomando a reflexão de A. Carreira, insistiremos nos elementos que intervêm na situação e nas condições subjacentes à arquitectura da nação:

Foi, pois, pela acção simultânea da catequese, da educação e da instrução: nas igrejas, nas casas-grandes, e nas fazendas agrícolas, e pelo aprendizado de ofícios que se operou a formação da importante língua [...] que tão cedo melhor definiu a identidade cultural do caboverdiano. E isso foi possível com relativa rapidez pela simples circunstância da comunidade formada nas ilhas pela intuição e pertinácia dos portugueses ter reunido, talvez ocasionalmente, todo o condicionalismo que favorece a evolução de este fenómeno de entendimento entre dois grupos humanos detentores de tipos de cultura e de línguas bastante diferenciados. Em capítulo próprio resumiremos os principais factores que conduziram à obtenção de estes resultados<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> António Carreira, *O Crioulo de Cabo Verde surto e expansão*, Lisboa, Gráfica Europam, 1983, 2ª ed., 1984 [em folha de capa], ou 1983 [em folha de rosto], p. 5.

<sup>2</sup> J. Mattoso Câmara Jr., *Princípios de Linguística Geral*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1967, 4ª ed., p. 22: “Assim, uma língua, em face do resto da cultura, é- 1). o seu resultado, ou sùmula, 2). o meio para ela operar, 3). a condição para ela subsistir. E mais ainda. Só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações”.

<sup>3</sup> Celso Cunha, “Política e cultura do idioma”, in *Língua, Nação, Alienação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 13.

<sup>4</sup> António Carreira, *id.*, p. 54.

Acentuemos, na enumeração dos principais factores expendidos pelo autor, i)- o encontro de dois grupos humanos de desigual extensão numérica, de culturas e línguas muito distintas, num bem determinado espaço geográfico, ii)- a fixação e estabilização demorada desses grupos num território delimitado por barreiras físicas imponentes, iii)- a política de ladinização<sup>5</sup> de escravos e, iv)- o contacto assíduo e duradouro entre os dois grupos humanos.

No essencial, estes dados entram em relação de convergência com os demorados estudos de Mestre Baltasar Lopes que, sabe-se, obedecem a uma formação linguística de grande rigor filológico. Seguindo, por isso, um método oposto ao de A. Carreira, é a partir da descrição do objecto língua e dos seus limites internos que B. Lopes interroga as circunstâncias, os factos e os dados disponíveis para formular hipóteses explicativas e detectar a consistência de nexos oportunos, como se observa no primeiro artigo que publica sob esta temática na revista *Claridade*:

[...] a linguagem brasileira está mais perto do português de Portugal [...] por no seu processo formativo ter havido maior aportação do elemento metropolitano. Já no crioulo de Cabo Verde o choque foi maior, devido ao predomínio étnico do elemento afro-negro na miscigenação e ao carácter, possivelmente, menos impositivo da acção metropolitana na vida colonial. Consequências, a meu ver, do factor económico: -o elemento português menos poderoso economicamente em Cabo Verde, terra de limitados recursos agrários, do que no Brasil, em que a casa-grande representa os grandes latifúndios e a monocultura, possíveis num regime profundamente escravocrata. De aí, ter havido maior contribuição dos grupos africanos [...]<sup>6</sup>.

Retomando ainda este assunto nos dois outros textos que insere na mesma revista, “Uma Experiência Românica nos Trópicos I e II”<sup>7</sup>, é no primeiro que expande as suas considerações sobre o contexto situacional, por reiteração de algumas ideias e inovação de outras: “Salvo erro, é a história social e económica de cada zona que principalmente explicará o sentido mais ou menos *ortodoxo* da sua linguagem em relação ao reinol”<sup>8</sup> A preponderância do reinol, devido à maior riqueza do Brasil, entra em contraste com o que sucedia numa terra de poucos recursos onde o fulcro só podia ser o homem crioulo. Mas tal preponderância não terá excluído os crioulistas no Brasil que, para Renato de Mendonça, decerto existiram, embora de vida efémera, afogados no ambiente comum onde predominariam os fenómenos da *adaptação* no domínio da cultura em geral e da *aceitação* no aspecto linguístico<sup>9</sup>.

Resumindo a informação, fica claro o seu encadeamento lógico: i)- conservação do português-língua no Brasil devido ao maior número de metropolitanos; ii)- e, de modo inverso, carácter menos impositivo da sua acção na colónia cabo-verdiana devido ao seu reduzido interesse económico; iii)- importância do historial económico e social na

---

<sup>5</sup> “Ladinização” definida em termos expeditos: instrução em rudimentos de língua portuguesa e em noções de catequese para introdução do negro no grémio da Igreja, recepção de um nome português e baptismo, condições propícias para nos lugares de destino vir a ser “escravo de dentro”.

<sup>6</sup> Baltasar Lopes, “Notas para o estudo da linguagem das ilhas”, in *Claridade*, nº 2, S. Vicente, Ago./1936, p. 10 (subl. nosso, A.C.).

<sup>7</sup> Respectivamente, in *Claridade* nº 4, id., Jan./1947 e nº 5, id., Set./1947.

<sup>8</sup> in *Claridade*, nº 4, id., p. 16 (subl. nosso, A.C.).

<sup>9</sup> Resumimos as ideias de B. Lopes, *id.*, p. 19-20 (subl. nosso, A.C.).

preponderância numérica do colono português no Brasil, mas preponderância incapaz de excluir o surgimento de crioulistos de vida efémera.

De entre os dados coligidos dos dois autores, o que mais insistentemente recorre (em textos de Baltasar Lopes) é o económico com valor de elemento apelativo para o metropolitano, tão favorável em relação ao Brasil como desencorajador no caso de Cabo Verde. Uma consequência deste estado de coisas vem a ser então a convergência, anotada pelos dois ensaístas, de uma “desigual extensão numérica” relativa aos grupos étnicos fundacionistas da comunidade crioula, exposta em termos que também conotam sentidos de grande interesse para além daquilo que expressamente dizem.

Na sua “enumeração dos factores expendidos”, A. Carreira faz intervir a dedução lógica sobre dados e informações de recolha directa, aplicada com uma erudição que tem, como referimos, por caução de garantia a sua qualidade notável de investigador de fontes documentais. Em B. Lopes trabalha, pelo contrário, o clausulado dubitativo da reflexão teórica expresso em “possivelmente”, “salvo erro”, “certamente”, de acordo com a metodologia científica que se serve da lógica indutiva para circunscrever o seu objecto. Embora aflorando o risco de erro, o bom fundamento desta metodologia e do seu manejo ficam demonstrados no facto de intuir a hipótese, mais tarde confirmada, de os crioulos brasileiros terem sido “certamente” eliminados num ambiente em tudo favorável ao português.

A B. Lopes terá faltado apenas especificar a causa eficiente dessa eliminação (que também intuiu), ao que se pode supor por carência de informações históricas (na época em que redigiu os seus textos), entretanto referidas por Celso Cunha num trabalho de 1979. No seu comentário aos relacionamentos entre o português e o crioulo, o linguista brasileiro cita uma epígrafe de Roland Barthes extraída de um muito glosado ensaio de L.-J. Calvet, “‘Voler son langage à un homme au nom même du langage, tous les meurtres commencent par là’<sup>10</sup>”, para justificar a aplicação da tese glotofágica às línguas de passado colonial, “uma fonte de argumentos para negar as virtualidades das línguas de outros povos<sup>11</sup>. Recorrendo à antiga tese sobre a “doutrina da língua companheira do império, expendida por António de Nebrija em 1492”<sup>12</sup>, pode o linguista enunciar o precedente ideológico daquilo que ocorreu no Brasil, o golpe de morte dado na “‘língua geral’ do nosso país” (Brasil) por acção do Directório colonial<sup>13</sup>. Com a Lei de 3 de Maio de 1757, aplicada primeiro ao Pará e Maranhão e depois a todo o Brasil em 1758, ficava estabelecida a obrigatoriedade da aprendizagem do português por todos os meninos e meninas e pelos índios capazes de instrução<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Louis-Jean Calvet. *Linguistique et colonialisme*, Paris, Payot, 1974, apud Celso Cunha, “A situação linguística de Cabo Verde e Guiné-Bissau- português e crioulo frente a frente”, in *Língua, Nação, Alienação*, id., p. 85.

<sup>11</sup> Celso Cunha, *id.*, *ibid.*.

<sup>12</sup> Apud Celso Cunha, *id.*, cf. Nota 17, p. 90-91: *Gramática Castellana*, Edição crítica de Pascual Galindo Romeo y Luís Ortiz Muñoz, Madrid, 1946.

<sup>13</sup> Celso Cunha, *id.*, p. 85-86.

<sup>14</sup> *Id.*, Nota 18, p. 92. Celso Cunha não alude, no entanto, ao facto incómodo de, por um lado, estar de acordo com a tese que condena a língua colonizadora (português) no papel opressor das línguas de outros povos e de, por outro, ser um utente (de boa consciência, supomos) dessa língua opressora, destruidora dos falares tupi e guarani.

Ao não dispor desta informação documental, não poderia B. Lopes ter associado os referidos fenómenos de “*adaptação*” e “*aceitação*” da língua portuguesa à imposição da política pombalina à colónia brasileira, tão eficazmente que bastou cerca de vinte anos para erradicar praticamente o uso dos falares crioulos tupi e guarani então em activo desenvolvimento. As razões dessa política seriam, de facto, o poder económico, mas em nome do Império e dos interesses das companhias majestáticas erguidas à sombra do poder absoluto.

Também ao linguista Rodrigo de Sá Nogueira, autor do “Prólogo” à obra de Tese de B. Lopes sobre o crioulo cabo-verdiano, a questão da Escola não passa despercebida, referindo-se-lhe de forma lapidar:

Se os Brancos, desde a primeira hora, tivessem tido o cuidado de criar escolas para ensinar o Negro a falar o português, com maior ou menor correcção, e tivessem estabelecido normas de admissão dos trabalhadores, dependentes do grau de conhecimento da Língua, certamente não teriam nascido os *crioulos*, como... não teria nascido a colónia. Tais escolas, naquelas épocas, seriam impossíveis, por motivos mais que óbvios<sup>15</sup>.

Tão desabrido quanto crítico nos seus termos, este encadeamento de proposições tem no entanto todo o ar de libelo teórico idealizado, distante das realidades factuais, p. ex., da referida política imperial portuguesa. A promulgação da Reforma pombalina do ensino nas Escolas Menores, pela Real Mesa Censória (Lei de 6 de Novembro de 1772), fundava 479 escolas<sup>16</sup>, cada uma com um professor, de entre as quais 17 destinavam-se ao Brasil, 3 à Ásia (2 em Goa e 1 em Macau) e 1 a cada uma das províncias africanas (Cabo Verde<sup>17</sup>, Príncipe, Angola e Moçambique). Significativamente elevado em relação aos outros espaços ultramarinos, o número afecto ao Brasil vem confirmar a ideia de investimento privilegiado (já prognosticado por B. Lopes), ao mesmo tempo que, em conjunto, relativiza a asserção de R. de Sá Nogueira quanto à dita inviabilidade prática de “tais escolas”<sup>18</sup>, pelo menos a partir deste estabelecimento do ensino oficial laico<sup>19</sup>.

Em face da analogia das situações cabo-verdiana e brasileira, a função da escola que o autor do “Prólogo” sugere na transcrição presta-se a distintas leituras valorativas. Foi um bem que obrigou ao enraizamento do português no Brasil, condição para se ter convertido em instrumento de unificação do país e em ícone de poder, ou um mal que, por esse motivo, lhe aniquilou os crioulos emergentes, quem sabe se fragmentadores da unidade nacional. Foi ainda um bem ter sido aplicado negligentemente no arquipélago cabo-verdiano para não destruir o crioulo em formação.

Para além da componente económica, um importante factor distintivo dos crioulos brasileiros (guarani, tupi) e cabo-verdiano é de ordem humana (notada por B. Lopes), a

---

<sup>15</sup> Rodrigo de Sá Nogueira, “Prólogo”, in Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, IN-CM, 1984, p. 18.

<sup>16</sup> Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 454-455.

<sup>17</sup> Na versão de Manuel Ferreira (*A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano, 1973), decerto por desconhecimento da informação de Rómulo de Carvalho, diz-se que “a primeira escola primária foi fundada em 1817, na cidade da Praia, por determinação do governador D. António de Lencastre”, Nota 1, p. 238, 1ª ed. (p. 242, 2ª ed.).

<sup>18</sup> Pedro Ramos de Almeida, *História do Colonialismo Português em África – Cronologia séc. XV-séc. XVIII*, Lisboa, Estampa, 1978: “Há 720 escolas primárias no país. Após o afastamento do Marquês de Pombal, muitas vieram a ser encerradas e outras entregues a religiosos”, *id.*, p. 467. Não fica dito pelo ensaísta se este encerramento de escolas também abrangia os espaços ultramarinos.

nosso ver com fortes repercussões sociais. Ao contrário dos crioulos guarani e tupi, que deverão ter desempenhado um papel acessório na economia cultural brasileira, no caso cabo-verdiano o crioulo tornou-se um elemento agregador, facto que teria de implicar o estrato africano na dinamização das concessões feitas pelos reinóis e seus descendentes no linguajar quotidiano, tudo repercutido no domínio das criações populares. São desse teor as queixas do autor anónimo de uma *Notícia* [...] de 1784, ao escrever que “Até os mesmos brancos são pouco civilizados, de sorte que são bem raros os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra”<sup>20</sup>.

Com a ressalva de diferenças patentes no plano das realidades de “superfície” e de “manifestação” devidas a fenómenos etno-culturais atávicos negro-africanos, o modelo de poder erguido pelo colonizador acabou também por se naturalizar. Quer assentasse inicialmente em mercês concedidas a Donatários, se organizasse em dependências por Capitania ou viesse a ser dominada pelo Governador-Geral<sup>21</sup>, a centralidade régia<sup>22</sup> não deixava de partilhar poderes com a instituição religiosa de grande interesse no que diz respeito à humanização da comunidade crioula em formação sob regime escravocrata.

O Poder e serviços administrativos, as forças da Ordem, os agentes de produção e comércio agrícola e mercantil formavam pilares laicos, devendo a Igreja desempenhar a função congregadora na formação da sociedade estratificada em patamares de cultura nos eixos complementares de níveis popular e mais ou menos erudito.

A Aristocracia, os corpos administrativos, judicial, militar e clínico hospitalar, a Igreja missionária, os armadores, os comerciantes, os latifundiários e morgadios, os pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, enxadeiros, os criados e artífices, os servos e escravos perfaziam o essencial do tecido humano desta “sociedade de serviços” (à navegação)<sup>23</sup>. Tudo seria motivado pela consciência hipotecada à escassez, à lógica do trabalho para vivências e sobrevivências (livre, salariada, escrava), do lucro (comércio mercantil e interno, salinas, terra, artefactos), do valor intransigente da propriedade privada, da precariedade da vida<sup>24</sup>, da consciência de si e das suas convicções religiosas.

---

<sup>19</sup> A respeito da Reforma pombalina diz Pedro Ramos de Almeida, *id.*, que a “Lei de 6 de Novembro (1772) [foi] uma das primeiras tentativas mundiais da organização do ensino primário oficial”, p. 457.

<sup>20</sup> Anónimo, *Notícia Corographica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*, Lisboa, ICL, 1985, p. 27.

<sup>21</sup> Primeiro Governador Geral, Duarte Lobo da Gama, 1592; cf. Anónimo, *id.*, p. 113.

<sup>22</sup> Cf. Christiano José de Senna Barcellos, “Subsídios para a História de Cabo Verde”, in *Histórias e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Tomo IX, Parte I, Lisboa, Typographia da Academia, 1902, p. 305: “Por mediação do ‘Conselho Ultramarino’ (1642) [...] Foi o seu reinado de tristes recordações para a história de Cabo Verde, pelos funestos exemplos das primeiras autoridades, em luta umas com as outras, tão perniciosos que iam infiltrar-se até às camadas populares. Não faltam latrocínios, extorsões, roubos, pilhagens, assassinios, guerras, fomes, cobardias, injustiças, iniquidades e revoltas. D. João V não meditava bem nos Despachos que dava [...]”.

<sup>23</sup> Sobre o poder e categorias sócio-económicas e culturais, cf. notícia do “Boletim Oficial” (Boa-Vista 10 de Janeiro, de 1843: “No Domingo 8 do corrente teve lugar a Vereação Geral Extraordinária, que anteriormente havíamos anunciado. Presidia á Assembléa S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador Geral tendo junto a si o Sr. Secretario Geral, seguiam-se depois a Camara, e o Sr. Administrador do Concelho, o Reverendo Parocho da Freguezia do Rabil (o do Norte não compareceu por moléstia como fez constar d’officio), os Srs. Chefe do Estado Maior, e Commandante Militar, e Sr. Juiz Ordinário, o Sr. Primeiro Escripturario da Contadoria servindo d’Escrivão da Junta da Fazenda, o Sr. Director interino da Alfândega, o Mestre das Primeiras Letras e três Cidadãos de cada uma das classes de Proprietarios. Lavradores, Commerciantes, Maritimos, Pescadores, Mestres d’officios mechanicos, e um grande numero de Cidadãos que concorreram levados pela curiosidade”. Elucidativa esta listagem que, além da enumeração de cargos, funções, actividades, profissões, ocupações, define uma sequência hierárquica de valor protocolar.

<sup>24</sup> Além das doenças endémicas, impressionam os relatos das crises agrícolas de secas, fomes e mortandades dramáticas, bem como as notícias oficiais, raramente citadas, das não menos devastadoras pestes trazidas para as ilhas pelos barcos, sobretudo das carreiras do Oriente.

Com atávica vocação para o incentivo das letras, a Igreja notabilizava-se pela série escola de ladinização de escravos, escola de Latim e Moral (1555), Seminário Diocesano (1570) de vida instável, reiniciado bastante mais tarde (1783), enquanto no plano laico iam surgindo a escola régia (1773)<sup>25</sup>, a Escola Principal (Brava, 1848), o Lyceu Nacional (Praia, 1859), depois incluído no tão celebrado Seminário-Lyceu (S. Nicolau, 1866), a escola do Batalhão de Artilharia, as escolas privadas diurnas (para meninos e meninas), e nocturnas de vocação comercial (para adultos), as escolas técnico-profissionais (nas últimas décadas do séc. XIX, algumas com extensão no Arsenal do Alfeite, em Portugal) e o Liceu (S. Vicente, 1917).

### 3. Cultura popular, literatura oral

Nem a relativa proximidade geográfica entre as ilhas e a Europa, nem o sistema de poder modelado pelo paradigma europeu e sob directo controlo da metrópole puderam entrar, como referimos, a lassidão administrativa e as ocasionais conflitualidades por intriga política e por choques entre poderes, de que são eco as fontes documentais<sup>26</sup>. No plano em que nos colocamos, poderemos encarar tal estado de coisas a partir de uma sugestão literária do Dr. Arnaldo França, começando por interpretá-la *a contrario*, no remontar dos efeitos anotados para as suas causas:

Falho de condições próprias que poderiam tornar rentável a exploração de um território geograficamente limitado e pequeno, o arquipélago, se por um lado ganhou o justo epíteto de terra da fome, por outro, pela ausência dessas mesmas condições favoráveis, tornou-se o cadinho de uma rica experiência social [...]<sup>27</sup>

Na interpretação do Dr. França, a ausência de condições (económicas) favoreceu o enriquecimento da experiência humana de incidência temática na literatura realista que se veria cultuada pelas estéticas da modernidade, a partir da década de 1930<sup>28</sup>. Sob um ângulo oposto, diremos que as referidas lassidão e conflitualidades se reproduziam num avolumar da precariedade social, num rosário de crises a pontuarem o historial das ilhas não raro “entregues a si mesmas”. Corolário lógico, agora em leitura análoga à do Dr. França, a formação de uma consciência de destino social sem mais atenuantes, aguçando o sentido da sobrevivência<sup>29</sup>, representa a substância da identidade própria aplicada ao desenvolvimento da língua e de todas as espécies de cultura que a língua é capaz de sustentar<sup>30</sup>.

E esta é uma ideia que também desperta o olhar antropológico do cabo-verdiano Mesquitela Lima, ao tomar “o abandono [...] a que foi votado o arquipélago, [por factor

---

<sup>25</sup> Cf. Nota 17; não temos informação sobre o lugar de implantação desta escola.

<sup>26</sup> Cf., p. ex., Nota 22, acima.

<sup>27</sup> Arnaldo França, *Notas Sobre Poesia e Ficção Cabo-Verdianas*, Praia, Centro de Informação e Turismo, 1962, p. 7.

<sup>28</sup> Cf. Jorge Barbosa, *Arquipélago*, S. Vicente, Soc. Tip. e Publicidade, 1935; revista *Claridade*, Nº 1, S. Vicente, Mar./1936.

<sup>29</sup> Cf. a propósito desta temática o estudo de António Aurélio Gonçalves, “Bases para uma Cultura de Cabo Verde”, in *Ensaios e Outros Escritos*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 1998.

<sup>30</sup> Selim Abou, *L'identité culturelle*, Paris, Hachette/Pluriel-Éditions Anthropos, 1981.

que ] contribuiu eficazmente para o aparecimento de uma cultura *sui generis* – a *cultura crioula cabo-verdiana*<sup>31</sup>.

A respeito do alcance do termo-conceito, “cultura”, os estudos etno-antropológicos são bastante generosos ao compaginarem, sem nítidas distinções, os relacionamentos entre o homem e o meio ambiente, em recíproca interação no tocante à modelagem da vida pelo contexto material e ao afeiçoamento do meio às necessidades humanas. Num dos vários textos em que se ocupa desta mesma área temática, João Lopes Filho, outro dedicado cabo-verdiano, adentra-se um pouco na questão sublinhando a solidariedade, territorialmente contextualizada, entre os níveis moral e material da vida humana:

[...] tudo quanto o homem organiza (tanto no campo moral como material) é influenciado, mais ou menos directamente, pelo ambiente sócio-cultural em que estiver inserido. Aquilo que todos fazem e sentem, a rede invisível de ideias, convenções, crenças e hábitos, são assimilados inconscientemente na educação recebida e no tipo de convivência estabelecida em cada comunidade”<sup>32</sup>

Os enfoques de cultura que em largo espectro etnográfico privilegiam as realidades materiais de sinalética humana ou que, mais concisamente antropológicos, enfatizam o papel do homem como agente portador e criador de cultura, não elucidam claramente a questão na perspectiva dos estudos literários. Será mais vantajoso convocar uma das teses de Norberto Elias<sup>33</sup> que distingue, sob a perspectiva fenomenológica, os aspectos materiais da cultura, aprendidos conscientemente<sup>34</sup>, dos que preenchem o largo acervo de valores “espirituais” (ideias, convenções, crenças, hábitos) adquiridos de maneira inconsciente. Os primeiros definem níveis e paradigmas de civilização, ao passo que aos outros pertence integrarem o que aqui nos toca directamente, os padrões de cultura (popular e/ou erudita) de âmbito filológico e literário.

E é neste segundo sentido que se pode compreender a afirmação de Pedro Cardoso a propósito do estudo aplicado ao folclore, ao dizer que “implica conhecimento perfeito do dialecto e, conseqüentemente, convivência de espaço e íntima com o povo”<sup>35</sup>.

Decorre esta afirmação da necessidade do saber sobre o dialecto, administrado por utilização competente, quando se pretende abordar composições poéticas populares (de várias ilhas), somente avaliadas com justeza a partir de conhecimentos filológicos que sirvam aos campos lexical, fonético, morfológico, sintáctico e prosódico.

Assim se exemplifica a tese de Mattoso Câmara quanto ao facto de a língua ser um produto cultural como os outros e ter por função ser mediadora deles e, mais, de lhes assegurar a qualidade de objectos artísticos. O saber descritivo aplicado à filologia dos textos poéticos comprova o historial criativo da linguagem crioula, ao mesmo tempo que a valoriza como insígnia identitário da população falante e das formas literárias que constituem um dos seus timbres autenticadores.

---

<sup>31</sup> Mesquitela Lima, “Prefácio”, in João Lopes Filho, *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano, s.d., p. 21.

<sup>32</sup> João Lopes Filho, *id.*, p. 58.

<sup>33</sup> Norberto Elias, *La civilisation des moeurs*, s.l., Calmann-Lévy, 1973.

<sup>34</sup> A “ergologia” (cf. João Lopes Filho, *id.*, p. 86-103) integraria o paradigma civilização.



#### 4. O Lobo e o Chibinho

No respeitante à narrativa oral, é também o caso da língua que, a nosso ver, oferece a explicação mais satisfatória para o referido ciclo *O lobo e o chibinho*, justificando-o por convocação do paralelismo homológico. A injunção dos falantes africanos e europeus no fenómeno do crioulo língua reproduz-se na injunção dos ciclos sudanês-guineense, *A Lebre e a Hiena* e europeu, *O Lobo e o Cordeiro*. Ao contrário das exigências postas pelo género poesia (a que se referia Pedro Cardoso) que se sustenta, enquanto símbolo aberto<sup>36</sup>, da exclusiva instância verbal, as narrativas vivem prioritariamente dos seus conteúdos, factos acontecidos ou fantasistas, num relato que “pode ser suportando pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto e pela mistura ordenada de todas as substâncias”[...]”<sup>37</sup>.

Nesta asserção valoriza-se a grande versatilidade de realizações da forma literária conto, sendo certo porém que nos cingiremos à forma oral do ponto de vista da génese, da história e da naturalização de intenções explicativas. Servem de referência os contos recolhidos junto da comunidade cabo-verdiana da América oriunda de várias ilhas, em primeira mão relatados em língua crioula à investigadora norte americana Elsie C. Parsons que os verteu para publicação em inglês<sup>38</sup>, depois traduzidos para português<sup>39</sup>.

Num total de 164 histórias de muito desigual extensão (entre uma dúzia de linhas e várias páginas) e de diversas temáticas, a parte mais importante implica o lobo, cerca de 25% da totalidade, um total de 41 contos, alguns deles variantes de outros. Segundo a designação inscrita na apresentação do conto popular de S. Nicolau, publicado em *Claridade*<sup>40</sup>, o título “O lobo e o chibinho” dá o nome ao ciclo mas não impede que este parceiro do lobo receba designações afins, como “tubinho” e “sobrinho”. Ao contrário de “tubinho” que parece ser apenas uma variante lexical, o termo “sobrinho” suscita de imediato a relação de parentesco de grande interesse sociológico e humano.

Em alguns contos, o “sobrinho” recebe o nome de Pedro quando casado, situação matrimonial também atribuída ao “lobo” em algumas ocorrências, onde então adquire protagonismo positivo, por ser trabalhador enriquecido na emigração, por castigar o rei, por se fazer rei e ser mais forte do que o “sobrinho”, ou por ter uma apresentação de personagem elegante.

São raros, mas não menos significativos os contos em que a história põe em acção o lobo, a raposa e o cordeiro, o lobo e o coelhinho ou o lobo e o menino. Num deles o lobo é uma vítima da astúcia da raposa e o cordeiro é vítima da voracidade da raposa. Em outro o lobo é uma vítima da astúcia do coelhinho desavergonhado e matreiro e em outro ainda o lobo é ludibriado pelo menino num enredo muito simples que segue um

---

<sup>35</sup> Pedro Cardoso, *Folclore Caboverdeano*, Porto, Edições MARANUS, 1933, p. 17-18.

<sup>36</sup> Käte Hamburger, *A Lógica da Criação Literária*, São Paulo, Prespectiva Editora, 1975.

<sup>37</sup> Roland Barthes, “Introduction à l’analyse structurale des récits”, in *Communications* 8, Paris, Seuil, 1966, p. 1 (tradução nossa, AC).

<sup>38</sup> Elsie Clews Parsons, *Folk Lore from the Cape Verde Island*, New York, the American Folk Lore Society G. E. Strechert & Co. 1923.

<sup>39</sup> Fernando de Castro Pires de Lima (Introd.), in Elsie Clews Parsons, *Folclore do Arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, AGU, 1968.

caminho oposto ao do conto com as mesmas personagens na tradição portuguesa. Pelo menos em aparência, estes três exemplos indiciam diferentes tipos de transformação em relação aos modelos anteriores, de origem decerto europeia o primeiro e o terceiro e de origem africana da área sudanesa-guineense o segundo.

Em cerca de metade dos contos, como é fácil presumir, as temáticas giram em torno da “comida” e da “fome”<sup>41</sup>, cabendo à esfera de acção do lobo o protagonismo do glutão, estúpido, desastrado, ávido, egoísta, e à do chibinho (e sua variante sobrinho) o paradigma do bom senso e da referência de valores positivos. Além de outros elementos interessantes agora dispensáveis, podemos tomar esta repartição oposta de predicados de carácter como ponto de partida descritivo do ciclo crioulo *O lobo e o chibinho* gerado pela convergência dos ciclos *A lebre e a hiena* e *O lobo e o cordeiro*.

Entre os trabalhos dedicados aos contos deste ciclo africano merecem prioritária referência os de L. V. Thomas<sup>42</sup> que localiza a sua maior frequência na região da Baixa Casamance, zona de onde saiu parte da população africana de Cabo Verde e também muito frequentada ao longo dos tempos por lançados e mercadores das ilhas crioulas. Terem levado para as ilhas na sua bagagem a memória destes contos e de muitos outros é por isso uma hipótese bastante plausível.

Nesta região, como nas outras por onde o ciclo se expande, o paradigma não sofre modificações significativas, qualquer que seja o nome atribuído ao protagonista “lebre”. Nele convergem os atributos de físico e de carácter destinados a representarem, como convém a estes tipos fabulares, o perfil humano valorizado e a rectidão moral do chefe de família, astuto, malicioso, inteligente e duro, por oposição à hiena, ávida, medíocre, ignorante, egoísta e grosseira.

Sendo embora consensual admitir-se que a principal função dos contos consiste em divertir, nem por isso perde valor a tese que privilegia o aspecto lúdico como táctica pedagógica para outras funções essenciais. Destacamos, p. ex., a moralidade que fecha um conto com uma sentença ou uma máxima lapidar, a etiologia de uma verdade posta no início como enigma e que a história vai esclarecendo e, na fábula, a crítica social que se veicula sob a cápsula da representação animal.

Como demonstra P. M. Sène<sup>43</sup>, a fábula desempenha essencialmente uma função terapêutica no interior da comunidade, por meio da dinâmica que leva necessariamente à “regulação” das “perturbações” geradas na vida do dia a dia e reconduzidas à ordem dos valores dominantes no sistema gerontocrático.

No entendimento de M. C.-Diarrassouba a lebre dá corpo ao símbolo do pequeno que triunfa sobre o grande, ao serviço da sátira da sociedade expressa nas lições que se

---

<sup>40</sup> N° 2, S. Vicente, Ago./1936, p. 8, 10.

<sup>41</sup> Ao contrário do que ocorre em textos (e géneros) de muitas literaturas, que expõem temáticas eufóricas com função compensatória da realidade, v.g., ostentando abundância de comida em situações de manifesta carência, no conto oral cabo-verdiano a imaginação ficcional tende para um verismo de grande poder inculturante, pintando os conteúdos da real escassez, de busca de comida, mas não de uma fome conotadora de situações humilhantes.

<sup>42</sup> Louis-Vincent Thomas, *Et le lièvre Vint*, récits populaires diola, Dakar-Abidjan-Lomé, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1982.

<sup>43</sup> Papa Massène Sène, *Traditions Orales et Littérature en Afrique: Structures et mutations des récits codés sérère*, Paris, Universidade de Paris-X Nanterre, 1979.

deduzem das aventuras e das próprias personagens<sup>44</sup>. Um outro aspecto importante do conto africano deriva do seu estatuto cultural no seio da comunidade. Ao contrário das regiões de influência banto, onde o acto de contar é acessível a não importa quem, na área sudanesa-guineense tal prática encontra-se rigorosamente codificada, detida por contadores profissionais, os “dieli” (Mali, Senegal), “djidiu” (Guiné), “griot” na tradição francesa, formando um grupo próprio (castado e endogâmico) de muito grande apuro profissional e de elevada qualidade artística (e temível o poder crítico da sua palavra).

Entendida no sentido mais vasto defendido por Pierre N´Da<sup>45</sup>, a arte do conto é uma “arte total”, porque mobilizadora de várias linguagens teatralizadas (conto, canto, gestualidade, mímica, música, dança, onomatopeia, vestuário, adornos, quadro cénico-espacial), tendo por elemento primordial o uso da palavra, exercício ritmado da Palavra que se investe da dimensão ontológica<sup>46</sup> e, em determinadas circunstâncias, de sentidos cosmogónicos. O chamamento privilegiado dos meninos ao conto, ao acto de contar, além de propiciar a educação aprazível, também constitui uma forma de iniciação no uso da Palavra e uma aprendizagem da utilização eficaz da linguagem que distingue o homem de Palavra do homem palavroso<sup>47</sup>.

Em contraste com este panorama cultural onde o registo da oralidade representa o mediador privilegiado da arte verbal (e não raro o único), e onde o conto figura como género literário de assinalável complexidade formal e funcional, na cultura europeia o lugar da oralidade evoluiu em sentido oposto. Beneficiando de privilégios e de especial protecção, o registo da escrita acabou por secundarizar a estética da fala e, assim, a arte oral e o papel lúdico, pedagógico e crítico do conto nos meios populares.

Derivará talvez desse longo historial a menor riqueza do fabulário europeu e, por tributação funcional, a diferença entre o ciclo *O lobo e o cordeiro* e o seu equivalente sudanês *A lebre e a hiena*. Embora comum a parêntese do forte e do fraco, os papéis invertem-se no espaço africano em favor do fisicamente menos dotado, em histórias bem mais elaboradas, complexas e significativas do que no acervo europeu.

Deve-se a M. C. Thiam um estudo sobre o conto africano que analisa e comenta o relacionamento entre a lebre (africana) e a raposa dos contos de La Fontaine, notando que, sendo ambas tipificadas pela esperteza e usando o mesmo instrumento, a astúcia, os seus fins são diversos. A raposa (europeia) emprega a astúcia para zurzir nas vítimas em seu proveito próprio, sumamente egoísta, ao passo que a africana lebre o faz para defender o direito dos mais fracos. Opõem-se pela moral das histórias onde sucede, no caso da raposa, o uso da malícia para castigar a simplicidade e ingenuidade do outro.

---

<sup>44</sup> Marcelle Colardelle-Diarrassouba, *Le lièvre et l'araignée dans les contes de l'ouest africain*, Paris, 10/18-UGE, 1975. p. 69-70.

<sup>45</sup> Pierre N´Da, “le conte traditionnel africain”, in *Recherche, Pédagogie et Culture*, nº 47-48, Vol. IX, Paris, Laboureur et Cie., Mai-Août/1980. Cf. também deste autor, *Le Conte Africain et L'Éducation*, Paris, L' Harmattan, 1984.

<sup>46</sup> Louis-Vincent Thomas, *id.* e Amadou Hampaté Bâ, “A tradição viva”, in AA.VV, *História Geral da África*, Ática, S. Paulo, 1980, p. 181-218.

<sup>47</sup> Amadou Hampaté Bâ, *id.*; cf. também Dominique Zahan, *La dialectique du Verbe Chez les Bambara*, Paris, Mouton & Co, 1963.

Do ponto de vista africano, é de mau carácter transformar em vítimas aqueles que, embora marcados com o defeito da ingenuidade, de deficiente esperteza, pertencem no entanto ao grupo dos fracos que têm de ser protegidos<sup>48</sup>. Na comparação dos animais poderosos, como o lobo (europeu) e o leão (africano) sobressai, como diferença, o papel simbólico a este reservado, não como opressor, mas como “monarca” esclarecido que aplica justiça não arbitrária, igual para todos, inevitável e rígida, sendo porém típico no fabulário europeu, sublinhe-se isso, a prepotência do mais forte, em papéis de opressão arrogante e de destruição dos mais fracos e indefesos<sup>49</sup>.

Se tomarmos por termo de referência o processo formativo da língua crioula nos modos antes referidos e endossados às teses mais credíveis, poderemos retomar a ideia de terem cumprido idêntico trajecto as bagagens culturais dos dois grupos fabulares em presença. Como se anotou acima, o sistema da escrita desenvolvia-se em Cabo Verde nos espaços escolares promovidos pela Instituição, para responder às necessidades dos poderes, do exercício da soberania (administração, forças armadas, justiça, Igreja) e da vida urbana, mercantil e comercial. Aos estratos de nível populares ficariam reservados os protagonismos, certamente desde remotos tempos, da adaptação e da aculturação (e inculturação) naturalizante de formas orais importadas e da criação de outras próprias.

No panorama cabo-verdiano, as personagens raposa, cordeiro, coelho, assim como o tópicos do conto “O mau olhado”<sup>50</sup> são preciosidades que, a nosso ver, expõem alguns processos aculturantes no espaço das ilhas. O cordeiro (europeu) e o coelho (versão europeia da lebre africana) apontam para figuras residuais que o meio vegetal (pastagem) das ilhas não poderia comportar verosimilmente, em termos de “realismo” factual, a despeito das características fantasiosas do género.

Em “O mau olhado”, na sua primeira variante, o cordeiro (frágil) é substituído por um menino (também frágil). Na terceira variante, porém, o cordeiro mantém-se como que para selar uma mais do que evidente filiação do conto na referência de Esopo, mas ainda e, sobretudo, para pôr em evidência, pela sua ocorrência única, a impossibilidade da adaptação ecológica e integração “realista” do cordeiro na fauna do arquipélago.

A geografia (o relevo montanhoso da grande maioria das ilhas) e o clima (a falta de pastagens de duração anual) não teriam favorecido a adopção, nem do coelho (lebre), nem do cordeiro, como personagens populares representativas dos valores positivos em que a comunidade se revia. O cabrito, pelo contrário, não somente reúne as qualidades daqueles (porte corporal do cordeiro e manha do coelho) como na realidade (provada empiricamente) se adapta às características da paisagem nacional.

---

<sup>48</sup> Mamadou Cheuf Thiam, “Des contes et des fables in Afrique Noire”, in *Présence Africaine*, nº 4, Paris, Présence Africaine, 1948, p. 669-670.

<sup>49</sup> *Id.*, *ibid.*.

<sup>50</sup> Fernando de Castro Pires de Lima (Introd.), *id.*. A versão do conto, propriamente dita, é acompanhada de três variantes, das quais se transcreve a segunda, atendendo ao seu interesse para a nossa leitura: “O lobo estava a beber num regato. Acima estava um cordeiro que ele queria comer. O lobo disse ao cordeiro: “Cordeirinho, disseram-me que andaste a falar de mim vai para seis meses.” – “Senhor Lobo, há seis meses eu ainda não era nascido.” – “Não me interessa! Se não foste tu, foi o teu pai.” O cordeiro estava com medo e fechou os olhos. O lobo perguntou: “Cordeirinho, porque fechas os olhos assim?” – “Senhor Lobo, se eu os abrisse, o Mundo seria destruído.” – “Deixa-os estar fechados, cordeirinho” Fecha-os com toda a força que tiveres e espera que eu fuja!” Quando o lobo ia a fugir, gritou: “Fecha bem os

No que respeita ao outro protagonista da parelha, entre a hiena (africana) e o lobo (europeu), seria este a subsistir no processo adaptativo, devendo-se ter em atenção que nas suas áreas matriciais o lobo e a hiena representam figuras naturais predicadas por atributos não coincidentes. Se admitirmos que esta não coincidência entre figuras que simbolizam o poder e a força corresponde às diferenças entre valores civilizacionais, ao diferenciar-se deles, lobo crioulo simboliza necessariamente valores não coincidentes nem com um nem com outro, logo civilizacionalmente distintos.

Na economia das funcionalidades reservadas ao ciclo cabo-verdiano, sendo ambos animais impróprios do seu parque venatório, a hiena terá desaparecido, por hipótese, em razão do carácter maléfico, hediondo e necrófago que a acompanha. Aparelhado no papel de comparsa, o lobo pode guardar o poder arbitrário mas esvazia-se dos aspectos que o caracterizam no fabulário europeus de arrogante e impositivo.

Pertence à tipologia da fábula o equilíbrio imaginativo entre fantasia e maravilhoso de modo a que os animais simbolizem, numa referência plausível<sup>51</sup>, seres humanos, em vista da eficácia da crítica que tanto se pode dirigir a pessoas, como a comportamentos, atitudes ou figuras de poder. Na segunda variante de “O mau olhado” (transcrita acima em nota de rodapé), o lobo começa por conservar os caracteres venatórios do animal europeu, vindo entretanto, a meio do texto, a entrar num processo de reconversão que, se assim se pode dizer, o ajusta à psicologia do crioulo, por substituição do que seria a opressão brutal e predadora por essa ingenuidade tola que o acompanha na maior parte dos contos do ciclo *O lobo e o chibinho*.

Convirá sublinhar as questões que aqui se implicam. Nos ciclos africano e europeu os paradigmas simbólicos “grandes VS pequenos” tipificam-se em maldade, arrogância, arbitrariedade (lobo)<sup>52</sup>, brutalidade, predação, (lobo, hiena), manha, avidez, estupidez, insensatez (hiena), ingenuidade, fragilidade (cordeiro) e agilidade, engenho, astúcia, inteligência, dureza punitiva, bom senso, respeito por valores tradicionais (lebre).

Da injunção aculturante dos ciclos resultaram modificações que, na versão crioula, reduziram e deslocaram estes traços de caracterização e cunharam outros. Uma vez que manteve o protagonismo do lobo, submeteu-o à rasura dos atributos nefastos, passando de símbolo exógeno a simbolizante autárquico por semantização com alguns caracteres não agressivos da desaparecida hiena (avidéz, estupidez, glotonice, egoísmo) e ainda do desaparecido cordeiro (simplismo, ingenuidade).

Por eliminação ecológica da lebre seria o chibinho a ocupar o seu protagonismo e a conservar vários caracteres dela (engenho, astúcia, bom senso prático), mas elidindo-se a dureza justiceira. No contexto civilizacional africano vernáculo, o conto é uma forma literária nobre, associada ao poder e por ele utilizada, na versão fábula principalmente,

---

olhos, cordeirinho, fecha-os bem para não destruíres o Mundo!”. O lobo desapareceu e o cordeiro voltou para o rebanho livre das garras do lobo” (informador, Miguel Dias, de São Vicente), p. 645.

<sup>51</sup> Em edições de contos-fábula africanos não raro os animais representados nas capas dos livros têm rosto próprio e corpo humano. Cf. Louis-Vincent Thomas, *id.*; Birago Diop, *Les Contes d'Amadou Koumba*, Paris, Présence Africaine, 1961.

<sup>52</sup> Como se sabe do fabulário europeu, e como nota Fernando Pires de Lima, nem sempre o lobo representa uma monolítica figura de brutalidade, posto que também aparece como compadre.

como correctivo no tocante ao “respeito por valores” de conservantismo gerontocrático. No contexto social cabo-verdiano em formação o conto passava da esfera do poder e da sua ordem para a do estrato popular, num sistema civilizacional regido por valores não gerontocráticos (questão que nada tem a ver com o respeito devido aos “mais-velhos”).

Na “Introdução” ao livro de Elsie C. Parsons, Pires de Lima cita L. de Vasconcelos para dizer que, segundo ele, “o lobo nos contos populares é chamado compadre Lobo e entra a cada passo com a raposa”. Em Cabo Verde a raposa desaparece, para dar lugar ao sobrinho<sup>53</sup>. Esta familiaridade de compadrio, presente em contos da tradição popular portuguesa, mas também na cabo-verdiana como demonstra um conto daquela recolha<sup>54</sup>, constitui um traço curioso de referência aculturante. O compadrio deriva do relacionamento entre padrinho e afilhado (“Sou da casa. Compadre é irmão dos pais e pai para os filhos”, diz Sr. Mano Almeida, em *Chiquinho*)<sup>55</sup>, e equivale ao que recobre nas tradições africanas (sudanesa e banto) a estrutura do avunculato que religa o tio (irmão da mãe) ao sobrinho<sup>56</sup>.

O animal talhado com valores de predicação positiva, representante simbólico do estrato popular, dispõe de identidade própria chibinho, mas ainda recebe designativos, “sobrinho” e “compadre”. Tudo se passa no sentido de estes designativos integrarem nos contos a memória das matrizes africana (sobrinho) e europeia (compadre).

Resumindo, no processo de aculturação injuntiva dos dois ciclos, de um lado, são apagados os caracteres de agressividade (do lobo, da hiena e da lebre) e, do outro, são recriados laços de familiaridade (paternidade/sobrinho, fraternidade/compadre) entre os antagonistas. O desaparecimento da agressividade exprime claramente a atenuação da violência entre os agonistas, ao mesmo tempo que a familiaridade contrapõe à ideia de violência a ideia de não violência.

Se a relação entre o lobo-tio e o chibinho-sobrinho pode ainda implicar um resto de violência de causa inter-geracional, o antídoto é a relação entre o lobo-compadre e o chibinho-compadre que por analogia intra-geracional, tende a repudiar a envolvimento fraticida.

Moral da questão. No processo aculturativo foram substituídos os protagonismos agressivos das histórias em circulação num meio humano castigado pela circunstância climatológica. Para equilibrar a agressividade potencial pela terapia da fraternidade, a forma crioula do conto exprime o exorcismo daquilo que se tem na realidade em favor daquilo que se mais se deseja, transpondo-o de modo figurado para a imaginação das histórias (como sucede nos contos que representam abundância de comida em tempos de grande escassez).

---

<sup>53</sup> Fernando de Castro Pires de Lima (Introd.), *id.*, p. 22-23.

<sup>54</sup> Num dos contos da recolha de Elsie C. Parsons: “Era uma vez o Lobo e o seu Sobrinho. Eram ambos casados, o Lobo com uma porca e o Sobrinho com uma cabra. Ambos tinham um filho. O Sobrinho era padrinho do filho do Lobo e o Lobo era padrinho do filho do Sobrinho [...]”, *id.*, p. 151.

<sup>55</sup> Baltasar Lopes, *Chiquinho*, Lisboa, Vega, 2006, p. 160.

<sup>56</sup> Cf. p. ex., em Pepetela, *Lueji*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, a deslocação da rainha para as terras da sua linhagem, do tio materno Salukunga, e em Alfredo Troni, *Nga Muturi*, Lisboa, Edições 70, 1991, o início da história.